



PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM PRÁTICAS DISCURSIVAS INSTITUCIONALIZADAS: ENTRE A DISCIPLINA E A BIOPOLÍTICA

Francisco Fred Lucas Linhares¹
Manuelle de Oliveira Inácio²
Marluce Pereira Silva³

1 Introdução

Foucault, nos anos 70, realizou uma série de análises que nos auxilia ainda hoje a compreender discursos que circulam em nossa sociedade e produzem efeitos de sentidos acerca de tipos de subjetividades que ora são aceitas, que ora são rejeitadas. Esses discursos põem esses estranhos às margens (BAUMAN, 1998), invisibilizam, tornam-os ininteligíveis e incompreensíveis. Verdadeiros *anormais*. *Transtornados*.

Para muitos autores, vivemos uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001), uma Pós-modernidade (HALL, 2002), uma Modernidade Tardia (GIDDENS, 2003). Mas dentre outros aspectos comuns, parece que vivemos em uma Era dos paradoxos sociais, uma vez que na contramão dos discursos de grupos militantes, de pesquisas acadêmicas, de medidas, leis e projetos estatais que buscam cada vez mais incluir “os diferentes”, nos deparamos com discursos “científicos” que reificam e ajudam a reproduzir discursos de verdade em torno de modos de subjetivação considerados *perversos*. Práticas discursivas que consolidam sempre mais o solo da intolerância.

Para este breve artigo ensaiado, objetivamos analisar, problematizar e compreender, a partir de algumas noções de Foucault (1999; 2009), como Biopoder e Disciplina; e de Butler (2003), como a Performatividade, práticas discursivas que produzem sentidos em torno de uma patologização da sexualidade e do gênero em narrativas produzidas por alunas(os) do curso de Pedagogia da UFRN ao inscreverem subjetividades, a partir de performances de gênero e de sexualidade consideradas “dissidentes”, notadamente sujeitos nomeados de *homossexuais* e *transexuais/travestis*. Ainda, para nossas análises, será de fundamental importância a noção de Interdiscurso, advinda da Análise de Discurso de linha francesa.

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN.

³ Professora doutora do departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN.



Ainda seguindo as trilhas por onde Foucault nos auxilia a caminhar, não pretendemos interpretar os enunciados das práticas discursivas dos alunos e alunas de pedagogia como se houvesse um sentido verdadeiro, essencial e único subjacente à estrutura linguística dos trechos selecionados para análise. Mas sim, vemos enquanto práticas plausíveis, que criam realidades possíveis. Realidades, que muitas vezes capturam os sujeitos em teias de significados heteronormativos (BUTLER, 2008) e heterorreguladores.

Nesse sentido, em *As Palavras e as Coisas* (1999a), Foucault chama atenção para o fato de que as verdades produzidas durante séculos pelo discurso dito científico não passa de mais uma forma de conceber e entender as realidades, assim que podemos pensar a ciência como um espaço de produção de saberes que durante muito tempo encontrou verdades, buscou verdades. Para os estudos de linguagem, notadamente no início do século XX, predominou a verdade da linguagem enquanto representação do pensamento, como espelho do mundo. Entretanto, pensamos hoje que é a construtora desse pensamento e desse mundo. Segundo Richard Rorty (2007):

O mundo não fala. Só nós o fazemos. O mundo, depois de nos programarmos com uma linguagem, pode fazer-nos sustentar convicções, mas não pode propor linguagem para falarmos. Somente outros seres humanos são capazes de fazê-lo.(p.30)

Desse modo, os *solos epistemológicos* sofrem abalos importantes, principalmente se pensarmos em Ciências como a Linguística, em que predominou durante a primeira metade do século XX “técnicas” positivistas de produzir saberes, como o Estruturalismo. Desta maneira, questões que hoje são colocadas como primordiais para seguimentos dos Estudos da Linguagem, da Filosofia, da História entre outras áreas, como a noção de sujeito sócio-historicamente situado e como o discurso, foram durante certo tempo da tradição científica considerados aspectos secundários e pouco alvo de estudos.

Contudo, hoje muitas pesquisas e análises nas humanidades tem se voltado para os resíduos, para as margens, ou melhor, para os “marginais”, “transtornados”. E a linguagem, em sua opacidade, tem muito a nos revelar. Louro (1997) no guia a perceber que “são pois as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial de desconfiança”(p.63). Para Foucault,

os discursos de verdade que fazem rir e que têm o poder institucional de matar são, no fim das contas, numa sociedade com a nossa, discursos que merecem um pouco de atenção (FOUCAULT, 2001, p.8).

Entendemos, então, que os discursos que produzem e sustentam as práticas discursivas de muitos futuros professores, numa relação interdiscursiva com a Medicina Legal, também podem matar. Merecem, portanto, um pouco de nossa atenção.



2 Discursos médico-legais: Disciplina e Biopolítica

No curso *Em defesa da Sociedade*, notadamente na aula de 17 de março de 1976, Michel Foucault traça uma análise histórica do poder do soberano perante os súditos para tentar compreender o que ele denominou racismo de Estado. Argumenta que o soberano deteve o direito de *fazer morrer e deixar viver*, tornando o súdito neutro de sua própria existência. Assim que nos séculos XVII E XVIII, viu-se aparecer uma série de técnicas de poder voltadas para o corpo, para homem enquanto indivíduo, o que explicaria sua separação, vigilância, seu alinhamento. Os corpos foram esquadrihados, medidos, olhados de perto, vigiados, treinados e punidos. Esse homem-corpo fora alvo da disciplina. Podemos dizer que esse homem/mulher-corpo foi transformado(a) em homem/mulher-transtornado(a). É nesse espaço aberto da disciplina, que parece nascer, do contato entre a criminologia e a psiquiatria, a Medicina Legal.

São homens e mulheres, independentes do gênero a que pertencem, que foram, e o mais preocupante, são capturados por uma rede de técnicas de fazer morrer em nome de sua sexualidade estranha e bizarra. Os modos de subjetivação, como aponta o trecho citado, foram e são concebidas com desviantes, fora dos padrões de aceitabilidade, uma vez que os olhares social e científico, não reconhecem, muito mais do que no sentido de aceitar, essas sexualidades dissidentes.

Denominar a homossexualidade e transexualidade como distúrbios, perversão, como doença a ser tratada, parece traduzir algumas das práticas discursivas que se materializam em certos atos de discriminação que, a todo momento, são percebidos em nossas comunidades. Ora, pensam muitos, “estes indivíduos perversos merecem punição”. Talvez por isso, muitas pessoas se sintam à vontade para agredir por meio de insultos verbais e práticas simbólicas esses sujeitos *estranhos* que deixam turvo o que deveria ser claro, confuso o que deveria ser coerente (BAUMAN, 1998).

Em *Os Anormais*, Foucault aponta que a perversão “permite costurar uma na noutra a série de conceitos médicos e a série de conceitos jurídicos” (Foucault, p.43, 1999b); e a noção de perigo “permite justificar e fundar em teoria a existência de uma categoria ininterrupta de instituições médico-judiciárias” (idem). Ou seja, o discurso da Medicina Legal, e tantos outros discursos científicos, atravessam os corpos e suas condutas, porque não pensar a performance, transformando-os em “indivíduos perigosos” (Foucault, 2001). Como podemos perceber, as expressões linguísticas “perigo” e “perversão” parecem produzir efeitos que lançam esse indivíduo para a categoria dos transtornados.

Mas em que medida homossexuais e transexuais se encaixariam nessas categorias? Em que medida seus corpos denunciam e proliferam o perigo iminente tão fortemente denunciado por



práticas discursivas que perpassam enunciados lingüísticos que compõem textos da medicina legal, em especial o de Transtornos da sexualidade (FRANÇA, 2004)? Por que a sexualidade de um indivíduo pode causar tamanho desconforto ao ponto de “comprometer a segurança das pessoas” (FRANÇA, p. 229, 2004)?

Percebemos por meio de gestos de leitura do excerto em análise, que se trata da defesa de um ponto de vista que pensa as sexualidades turvas como “capazes de comprometer a segurança das pessoas e o equilíbrio da sociedade” (FRANÇA, p.229, 2004). Ou seja, há uma mudança de foco. E é o que Foucault, na já citada aula do curso *Em defesa da Sociedade*, define. Há uma mudança, de certa forma, a partir do fim do século XVIII, quando acontece uma das grandes transformações do direito político. Passa-se, não no sentido de uma substituição perfeita, do “fazer morrer e deixar viver” ao “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999b).

Não mais uma investidura sobre os corpos enquanto indivíduos, não mais a doença enquanto entidade que afetava um corpo. Mas uma política da sociedade, da espécie. Uma biopolítica. Foucault (1999b) assim a define:

(...)a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos conjuntos que são próprios da vida(...) (p.289).

Foucault ainda argumenta que esse novo poder se instalou junto a processos como a proporção de nascimento e de mortes, de taxas de fecundidade, de tentativas de extinguir epidemias e endemias. Resume o estudioso:

Em suma, a doença como fenômeno de população; não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – é a epidemia – mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida (...). (FOUCAULT, p.291, 1999b)

Daí a importância de uma ciência como a Medicina, que tratava e trata a população na tentativa de higienizar os corpos, mas no grande intuito de proteger a grande massa populacional. Vivemos em nossa civilização, a medicalização dos corpos (Foucault, 1999b).

3 Os PCN: construção e desconstrução de paradigmas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais produzem em seus discursos sentidos de que a escola não é um lugar neutro, homogêneo e universal. Uma vez que envolve sujeitos heterogêneos, os quais se constituem como tal a partir de um percurso histórico, por vezes com visões de mundo, valores, sentimentos, emoções, comportamentos, trajetos de mundo bastante particulares (BRASIL, 2006, p.219), que produzem e sempre vão produzir diferenças. Ela, a escola, é espaço para a



produção e reprodução de “tensões, conflitos, preconceitos” (BRASIL, 2006, p. 219), uma vez que envolve assim como “produz toda uma dinâmica cultural que institui visões de homem, de mulher, de mundo e de sociedade” (BRASIL, p.219). O sistema educacional é uma maneira política de cultivar ou de transformar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2000). Assim, os Parâmetros Curriculares sugerem que:

(...) é possível pensar sobre a ação política dos educadores. A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução mas também como espaço de transformação. (p.19)

Dessa forma, entendemos que a linguagem, enquanto prática social, é o fio condutor e eixo central de nossas reflexões. Além disso, seguindo “orientações” foucaultianas, temos como foco central o discurso, as formações discursivas que no âmbito de relações de saber/poder produzem subjetividades patologizadas. Ou seja, de que modo os discursos produzidos por futuros profissionais da educação estão atravessados por discursos da Medicina Legal, quando entra em jogo a constituição de subjetividades, *normais e anormais*.

Assim, interessa-nos ouvir alunos que há pouco ingressaram no curso de Pedagogia porque acreditamos que serão eles responsáveis pela condução de certas práticas educativas em um futuro próximo, não apenas de crianças, se pensarmos na atuação dentro de sala de aula, mas de adolescentes e adultos que se fizerem presentes nas práticas educacionais. Para tanto, é preciso problematizar de que forma esses e essas alunas percebem a realidade dessa diversidade, se é que percebem. Principalmente a percepção acerca da diversidade sexual e de gênero, alvo central de nossas preocupações.

4 A Linguística Aplicada e a produção de saberes humanizados

Então, inscrevemos nosso trabalho no campo de estudos da Linguística Aplicada, pois a partir do seu caráter transdisciplinar (SIGNORINI, 1998), indisciplinar/mestiço/híbrido (MOITA LOPES, 2006), transgressivo (PENNYCOOK, 2006) podemos vislumbrar as questões relacionadas ao objeto escolhido usando um novo par de óculos sociais (MOITA LOPES, 2006), o qual interage com práticas discursivas que dissolvem barreiras e que pensam a língua como produtora de realidades, sendo múltipla, não unificada. Como já chamamos atenção, se antes a língua/linguagem representava o mundo, hoje ela apresenta, constrói, inventa essa realidade a qual pensávamos ser dada *a priori*. A linguagem passa a ser não apenas um aspecto secundário, mas como constituinte do significados, das subjetividades.



Assim que o modo de fazer pesquisa em Lingüística Aplicada se aproxima do que outras ciências humanas e sociais estão fazendo. A aproximação entre a LA e pensadores como Foucault está possibilitando a produção de instabilidades, das discontinuidades, no sentido arqueológico foucaultiano do termo, isto é, o lugar de busca das ciências humanas é justamente o vazio produzido pelas decontinuidades. Entretanto, a desconstrução (que parece ter recebido uma carga pejorativa) não se dá, pelo menos não deveria, de forma irresponsável, pelo contrário. Trata-se de operar uma desconstrução para, logo em seguida, operar uma construção. Mas que contemple agora possibilidades, modos marginais (MOITA LOPES, 2004), e que cada vez mais colabore na diminuição do sofrimento humano (MOITA LOPES, 2004). Vivemos, portanto, uma dupla humanização da lingüística Aplicada: ao mesmo tempo que dialoga e se constrói com a área dos estudos sociais e humanos, ajuda na criação de paradigmas que vislumbrem o humano em suas várias possibilidades de ser e de viver.

4 Interdiscursividade: os discursos que ecoam no tempo

Os discursos de poder e saber que circulam socialmente e produzem subjetividades a partir normalizações, sansões biopolíticas, reverberam e justificam como verdadeiras práticas discursivas como as da medicina-legal, produzindo efeitos de verdade. Podemos perceber esses efeitos de sentido no trecho abaixo selecionado:

(...)trata-se, pois, de uma inversão psicossocial, uma aversão e uma negação ao sexo de origem, o que leva esses indivíduos a protestarem e insistirem, numa forma de cura por meio da cirurgia de reversão genital, assumindo, assim, a identidade de seu desejado gênero. (FRANÇA, p.235, 2004)

As explicações sobre a transexualidade sugerem que se trata de *transtorno* psicossocial, na realidade, de uma inversão dos padrões canonizados pelas práticas discursivas heteronormativas. Uma negação ao sexo de origem, o sexo dado a priori, o sexo, ou se preferirmos, a sexualidade ontológica. Como se o sexo fosse a única verdade sobre quem somos. Assim, as subjetividades parecem ser produzidas mediante as genitálias que possuímos. E mesmo que se faça uma cirurgia de mudança de órgão sexual, estaremos sempre presos ao que *na verdade somos*.

Buscando explorar e analisar uma possível relação de interdiscursividade - entendida como sendo um “processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida a incorporar elementos preconstituídos” (BRANDÃO, 2004) - , entre o discurso médico-legista e o discurso dos(as) futuros(as) pedagogas, indagamos a esses(as) estudantes como eles imaginavam que seria a reação deles diante de um aluno que desejasse ser chamado por um nome tido como de mulher. Vejamos algumas respostas:



Sendo sincera, eu iria estranhar um pouco o fato de alguém não estar satisfeita com seu gênero. Bom, eu acredito que ia tentar ao máximo seguir seu desejo, mas não sei se ia conseguir chamar um homem pelo nome de mulher, não por preconceito, mas pelo simples fato de não conseguir ligar o nome feminino à imagem masculina.

Ao *ser sincera*, ou seja, numa busca por uma verdade essencial, a aluna de pedagogia se posiciona de modo a *estranhar*, uma vez que algo foge ao padrão aceitável, o fato de um aluno ser chamado por um nome feminino. E, ao dizer que não iria conseguir chamar um homem por nome de mulher, percebemos, por gestos de leitura, que o discurso da heterossexulidade compulsória (BUTLER, 2008) constrói subjetividades pautadas pela dicotomização dos sexos, e dos gêneros, isto é, os sujeitos que fogem à “lógica aceitável” turvam os sentidos, ao ponto de, quem sabe, produzir insegurança à sociedade. E esse argumento da seguridade social é apontado pelos discursos da medicina legal:

Se este instinto se equilibra dentro de padrões de normalidade, teremos o ideal. Todavia, vez por outra, surgem distúrbios, transtornos, perversões e alterações da identidade sexual capazes de comprometer a segurança das pessoas e o equilíbrio da sociedade.(FRANÇA, p.229 ,2004).

Em outra resposta, à mesma questão, ao nosso questionário, um(a) aluno(a), afirma o seguinte:

Reagiria com repugnância, pois seria sinal de que a pessoa não se assume como é. Não lhe daria nomes pejorativos e somente evitaria comunicação.

Neste segmento da resposta, apreendemos, percebemos efeitos de sentido que parecem traduzir a ideia já bastante difundida socialmente, do sujeito homossexual, transexual como aquele ser causador de repugnância, como um sujeito prestes a contaminar, e assim oferecer riscos à sociedade, numa aparente relação interdiscursiva com o que indica a medicina legal:

trata-se, pois, de uma inversão psicossocial, uma aversão e uma negação ao sexo de origem, o que leva esses indivíduos a protestarem e insistirem, numa forma de cura por meio da cirurgia de reversão genital, assumindo, assim, a identidade de seu desejado gênero.(FRANÇA, p. 235, 2004)

O colaborador da pesquisa ainda utiliza a expressão “não se assume como é”, sugerindo que as subjetividades são estanques, fixas e produzidas por uma essência, ou seja, a ligação entre sexo biológico, gênero e desejo é percebida em sua forma compulsória (BUTLER, 2008), qual seja: pênis/homem/heterossexual, vagina/mulher/heterossexual.

5 Considerações Finais

Para finalizar esta breve discussão acerca da construção de subjetividades *anormais*, *transtornadas* e acerca do aprisionamento dos corpos e dos gêneros, trazemos um questionamento feito por Judith Butler (2008), em Problemas de Gênero:



O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?(p.8)

O que acontece? São relegados ao reino dos que não podem existir, uma vez que são vítimas dos discursos de verdade, da rede discursiva de saber e poder que invisibiliza-os, ou pior, transforma-os em monstros.

Bibliografia

Bento, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 328).

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1998.

_____. Zygmunt . **Modernidade Líquida**; tradução, Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **Os Anormais: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 7.ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2004.

Giddens, A. **Modernidade e identidade** (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUAZZELLI, Iara . **O conceito de solo epistemológico**. Disponível em <http://www.sedes.org.br/Centros/Filosofia/conceito_de_solo_epistemologico.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Marins Fontes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identities fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como lingüística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Lingüística Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos lingüísticos**. Belo Horizonte: Scripta, v. 7, n.14, p. 159 -171, 1º sem. 2004

PENNYCOOK, Alastair. Uma Lingüística Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Lingüística Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (Orgs.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo, Annablume, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71 – 99, jul./ dez. 1995.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Lingüística Aplicada. In: I. SIGNORINI; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.